

Intervenção do antigo Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso

Por ocasião da Cerimónia Comemorativa dos 40 anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias

Mosteiro dos Jerónimos, 12 de junho de 2025.

Senhor Presidente da República, Excelência,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República,

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro,

demais autoridades,

Excelências,

Senhoras e Senhores Embaixadores,

Senhor Comissário para as Comemorações dos 40 anos de Portugal na União Europeia,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Hoje em dia abusa-se do adjetivo histórico, mas a adesão de Portugal à Comunidade Europeia foi realmente um acontecimento histórico, quer na definição do posicionamento externo do nosso país, quer na consolidação do próprio modelo interno do regime político pluralista.

A integração europeia de Portugal não diminuiu a sua capacidade de atuação internacional, bem, pelo contrário, potenciou e ampliou a sua influência na dimensão atlântica e no espaço dos Países de Língua Portuguesa.

Embora o principal motivo de adesão não fosse económico, mas sim político, a verdade é que Portugal beneficiou e beneficiou imenso com o efeito geral de modernização que a integração europeia representou e com os apoios comunitários recebidos.

E se Portugal ganhou muito em termos económicos com a adesão, esta não foi equacionada em meros termos transacionais, de meros interesses, mas resultou de uma genuína e sincera convicção europeia fundada em valores partilhados.

Por tudo isto, temos o direito de esperar e desejar que Portugal continue na primeira linha da construção europeia, o que atualmente quer dizer juntos fazermos mais pela prosperidade e pela paz na Europa.

Consideremos sucessiva e sucintamente cada um destes cinco pontos.

Em primeiro lugar, a adesão à Comunidade Europeia exigia a opção por um regime democrático, pluralista, civil e de tipo ocidental e europeu.

Sempre houve uma relação íntima entre democracia e integração europeia. Na realidade, o pedido de adesão significou por parte das forças políticas que o apoiaram a vontade de ancorar definitivamente Portugal no campo democrático. Por isso, o desencadear do processo de adesão procurou clarificar a

própria natureza do regime político, eliminando todas as dúvidas e ambiguidades, incluindo as da relação entre o poder civil democrático e um poder revolucionário militar, que persistiram durante a transição.

De certo modo, podemos dizer que a adesão europeia de Portugal foi o segundo 25 de abril, de modo a garantir que o novo regime político se consolidasse no espaço da liberdade e democracia.

Em segundo lugar, convirá recordar que houve também quem, nessa altura, argumentando com uma certa especificidade portuguesa e com as relações especiais que tínhamos com outras áreas geográficas, lembrando, por exemplo, o nosso passado ultramarino, alegasse então que a integração europeia do nosso país de algum modo, poderia ameaçar a própria identidade nacional, como se Portugal não fosse um dos países em que Nação e Estado melhor coincidem, como se essa identidade, na realidade, a sobreidentidade portuguesa forjada ao longo de tantos séculos estivesse agora em causa.

A verdade é que a nossa adesão contribuiu e muito para promover os próprios interesses dos países de língua portuguesa e para fazer avançar a causa de Timor-Leste, que então estava ainda no meio de uma indiferença quase geral, esquecida, no seu reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência. Podemos, pois, legitimamente dizer que a integração europeia abriu ainda mais espaço para a projeção e afirmação da própria personalidade político-diplomática portuguesa.

Em terceiro lugar, e lembrando que a decisão do pedido de adesão de Portugal foi iminentemente política, há que reconhecer que Portugal beneficiou muitíssimo do ponto de vista económico, com generosos apoios comunitários.

Foi notável o progresso económico e social e cultural que a integração proporcionou. Entre muitos outros, sublinhemos apenas alguns resultados. Entre a data de adesão e atualmente, o Produto Interno Bruto por habitante decuplicou, em termos nominais de cerca de 2.700 para cerca de 27.000 dólares norte-americanos. A esperança de vida dos portugueses aumentou 10 anos, de aproximadamente 72 para 82 anos de vida em média. A mortalidade infantil caiu cerca de uns impressionantes 82%, de mais de 17 para cerca de duas mortes por cerca de 1.000 nascimentos. Sem a solidariedade comunitária, estes resultados não teriam sido possíveis.

Em quarto lugar, é justo reconhecer que se Portugal beneficiou com a sua adesão, também em muito contribuiu para o próprio projeto europeu. Para isso, foi necessário um sólido consenso entre as principais forças políticas. E esse respeito, entre tantos outros, poderíamos citar, é devida uma homenagem àqueles que já não estão entre nós, nomeadamente àqueles que personificaram nas principais forças políticas desse consenso já antes, assim como depois do 25 de abril, o consenso europeu de Portugal, simbolizado, entre outros, por Mário Soares e Francisco Sá Carneiro.

Portugal, apoiado nesse consenso, esteve sempre na primeira linha da construção europeia, sendo um dos países fundadores do Euro, integrando desde o início o Espaço Schengen de livre circulação de pessoas, tendo assumido papel de grande relevo na elaboração do tratado que hoje, e julgo que por muitos anos, continuará a reger constitucionalmente a União Europeia, o Tratado de Lisboa, assinado precisamente neste mesmo Mosteiro dos Jerónimos, onde Portugal tinha solenemente firmado a sua adesão à então Comunidade Europeia.

Se me é permitido um testemunho pessoal, dado que tive o privilégio e a honra de acompanhar o nosso país na União Europeia por dentro e por fora, desde logo em mais de 12 anos de governo, nomeadamente os 10 anos dos executivos do professor Cavaco Silva, que praticamente coincidiram com a nossa primeira década na Comunidade Europeia, para além dos 10 anos em que presidi à

Comissão Europeia, posso confirmar o modo como Portugal é considerado com grande simpatia, mas também com grande respeito. Portugal foi e é visto como um membro leal, solidário e credível no âmbito da União Europeia, como um país que sempre tem dado um contributo sério para fazer avançar o projeto europeu.

Em quinto lugar e concluindo, podemos dizer que Portugal reúne todas as condições para continuar no centro da construção europeia e que deverá apoiar os esforços em curso para a prosperidade e para a paz na Europa. Essa prosperidade só será alcançada se os nossos países fizerem muito mais pelo aumento da sua competitividade, por exemplo, aprofundando o mercado interno, completando a união bancária, efetivando a união do mercado de capitais, investindo devidamente na ciência e na tecnologia, sobretudo naquelas tecnologias que já estão a transformar radicalmente a conceção produção, e distribuição de bens e serviços e que em breve poderão determinar o próprio futuro da humanidade.

E quanto à paz, a paz que nunca o esqueçamos foi o fundamento e objetivo do próprio processo de integração europeia, ela só será garantida se avançarmos, de facto, com uma política de defesa comum, investindo substancial e inteligentemente em indústrias e capacidades neste domínio. A Europa tem de deixar de ser um adolescente geopolítico e deverá assumir a dimensão política diplomática e de defesa que a grave situação internacional urgentemente reclama.

Para tal, cada um dos nossos países precisa da escala europeia. A simples dimensão nacional não chega. Só a escala europeia permite e garante a proteção e projeção dos nossos valores e dos nossos interesses. É na União Europeia que se joga o futuro de Portugal e dos portugueses. Assim saibamos nós e os nossos concidadãos europeus estar à altura dos atuais e futuros desafios.

Muito obrigado pela vossa atenção.